



## SindCVM Informa

Sua forma de saber o que acontece.

 SindCVM

 SindCVM

## Novos desafios, nova gestão



O ano de 2021 vai terminar em pouco mais de um mês. Olhando para trás, vemos que foram meses marcados pela continuidade do trabalho remoto, incertezas econômicas e políticas, de muito medo em função de um repique avassalador da pandemia no país que provocou milhares de mortes, mas também de esperança que veio na forma da vacina que efetivamente nos faz ver alguma luz no fim do túnel.

Foi um ano de mobilização diante das ameaças representadas pela PEC 32 que avançou na Câmara dos Deputados. A proposta que prevê contratação de temporários inviabilizando novos concursos, terceirização de contratos, novas regras de avaliação de desempenho e pode provocar a precarização definitiva dos serviços públicos trouxe mais incertezas a esse ambiente conjuntural já bastante instável. Mas a organização das entidades que representam os servidores tem sido capaz de oferecer resistência ao avanço da Reforma Administrativa e mostra que os servidores têm um papel político importante a desempenhar num momento de profunda crise pela qual o país atravessa.

Mas são justamente momentos de crise que podem oferecer oportunidades. Apesar da inflação, desemprego e instabilidade, o mercado de capitais vem crescendo e muito. Obrigados a trabalhar de casa em um momento que a demanda só faz crescer, os servidores da CVM têm cada vez mais se apropriado de novas tecnologias para desenvolver suas funções. É um momento que pode representar um salto tecnológico e de inovação para todos aqueles que fazem parte da autarquia.

O SindCVM não pode e não deve ficar longe dessas mudanças. E entende que é preciso inovar e se readaptar sem nunca perder de vista a busca do bem-estar e da qualidade de vida dos servidores da autarquia. E para pensar em novas formas de organizar o sindicato, convidamos a todos que reflitam sobre o tema e façam um esforço para compor a nova diretoria do SindCVM. As inscrições para as chapas devem acontecer até o fim do mês de janeiro. E, em março, a eleição para a nova gestão.

Contamos com o empenho de todos os filiados para a renovação da nossa representatividade via sindicato. E estamos prontos para debater sugestões e opiniões para a formação da nova diretoria. Não perca essa oportunidade. Se você tem dúvidas ou questões a colocar nos mande uma mensagem pelo WhatsApp (21) 97604-1826.

Vamos conversar e traçar novos rumos para o SindCVM.

## Reajuste salarial: se reposição não sair agora, só em 2024



O FONACATE (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado) solicitou, na semana passada, uma reunião com Leonardo Sultani, Secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia. Entre os pontos de pauta está a discussão sobre a reposição das perdas inflacionárias. O Fonacate representa 37 entidades, entre elas o SindCVM, alcançando mais de 200 mil servidores.

No encontro, representantes do Fórum vão solicitar que o Governo Federal inclua no PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) de 2022 recursos para reajustar as categorias a fim de repor o que foi perdido com a inflação acumulada que vem corroendo as remunerações e limitando o poder de compra. Há servidores sem reajuste desde 2017.

O PLOA de 2022 foi entregue pelo Governo ao Congresso no último dia do prazo, 31 de agosto passado. No documento não havia previsão de recursos para repor perdas salariais dos servidores. Porém, o Fonacate decidiu tomar a iniciativa da negociação, uma vez que ano que vem haverá eleições e não será possível aumentar despesas. Aumento salarial só poderá ser autorizado em 2023, por quem vier a ser eleito, mas contemplado apenas no orçamento de 2024.

## Data marcada para o retorno presencial



A Administração anunciou a volta ao trabalho presencial a partir do dia 17 de janeiro de 2022. Um grupo de trabalho da SAD (Superintendência Administrativo-Financeira) está elaborando um plano de retorno e se comprometeu a manter os servidores atualizados sobre o processo, além de garantir que tudo se dará de forma gradual e segura.

Antes de anunciar a volta ao presencial, a CVM realizou uma pesquisa sobre o tema da qual participaram 503 profissionais da autarquia. De acordo com a CVM, a pesquisa revelou que 83% dos participantes já completaram o ciclo vacinal da Covid-19 e 12% aguardam a segunda dose. Não foram revelados demais resultados da enquete.

Segundo a autarquia, os dados que dizem respeito à preferência dos servidores sobre a modalidade de trabalho serão encaminhados às Superintendências de cada área para traçar o planejamento do retorno presencial. Além de levarem em conta os resultados da pesquisa, os superintendentes precisam considerar os termos da IN 90/2021, do Ministério da Economia, que estabelece regras aos órgãos e entidades da administração pública federal para o retorno ao trabalho presencial, conforme mostramos na última edição do Informe SindCVM.



A Instrução Normativa prevê que os servidores que preencham condições específicas devem realizar uma autodeclaração para permanecer em trabalho remoto ou aderir ao Plano de Gestão (Teletrabalho) em tempo integral ou parcial. As chefias imediatas avaliarão caso a caso e as decisões tomadas precisarão ser aprovadas pelas respectivas superintendências. Por ora, não haverá restrição do número de servidores que quiserem aderir ao teletrabalho.

Sabemos que depois de quase dois anos trabalhando fora das sedes e das representações da CVM, a possibilidade de retorno presencial causa dúvidas e incertezas nos servidores. O SindCVM segue atento aos passos dados pela autarquia para a volta ao presencial e seguirá divulgando aqui informações sobre o tema. Siga nos acompanhando!

## Reforma Administrativa segue no radar do governo



A PEC 23, que altera a regra dos precatórios, foi aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados por 312 votos a 144. Um placar apertado. Por se tratar de uma proposta de emenda constitucional, precisava de no mínimo 308 votos para seguir adiante. Ainda haverá um segundo turno da votação, previsto para terça-feira (9). Todos os esforços do governo estavam direcionados para a aprovação da PEC dos Precatórios, uma vez que dela depende a viabilidade do Auxílio Brasil, programa previsto para substituir o Bolsa Família que acabou este mês, visto como estratégia fundamental para recuperar a popularidade do presidente Jair Bolsonaro.

A PEC 23, também conhecida como PEC do Calote, permite o adiamento do pagamento de parte dos precatórios devidos pela União em 2022. E muda as regras do teto de gastos, o que, na prática, permite “furar” esse limite, uma verdadeira pedalada fiscal para viabilizar a distribuição de emendas parlamentares e outros gastos de olho nas eleições do ano que vem.

A decisão sobre a PEC 23 é fundamental para o futuro de outra PEC, a 32, que trata da Reforma Administrativa. Resolvida a questão dos precatórios, as atenções deverão voltar novamente para a Reforma Administrativa com a retomada das articulações para sua aprovação em plenário.

O Governo Federal deu sinais claros de que mantém a PEC 32 no radar. Na semana passada, o Ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que a Reforma Administrativa poderia compensar parte das despesas com o Auxílio Brasil, o que gerou protestos de entidades de servidores como o Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado), ao qual o SindCVM é filiado. O Fórum publicou nota de repúdio às afirmações do Ministro lembrando que as justificativas para a Reforma são inconsistentes e que estudos do próprio Senado Federal mostraram que a PEC 32 amplia a corrupção e o gasto público improdutivo.

Como a PEC 32 continua sendo uma ameaça real, a mobilização contra a proposta precisa continuar. Entidades que reúnem servidores seguem com protestos e ações articuladas para sensibilizar os parlamentares dos perigos que a Reforma Administrativa representa para o serviço público brasileiro. Acompanhe nossas redes sociais e juntem-se a nós na campanha pela derrubada da PEC 32.